

Estado e Diversidade: Documentos, afetos e Políticas Públicas para população LGBTI+¹

**Amadeu Cardoso do Nascimento
(PPGECC-IFCS/UFRJ-RJ)**

Palavras-chave: Estado; Documentos, LGBTI+.

Introdução

Durante o ano de 2021 e 2022, acompanhei durante minha pesquisa de mestrado em Antropologia, as mobilizações da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (Atrac), do Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) e de outros movimentos sociais pela criação de mecanismos de enfrentamento à LGBTfobia no Ceará. Entre essas mobilizações destacou-se o "Ato por Sofia", realizado em 15 de fevereiro de 2022, em frente à Secretaria da Segurança Pública do Estado, que denunciou o assassinato da travesti Sofia, em Fortaleza, e reivindicou a criação de um Observatório de Crimes LGBTfóbicos e de uma delegacia especializada na investigação de crimes motivados por LGBTfobia, racismo e intolerância religiosa (Nascimento, 2024).

Um ano após o Ato por Sofia, e sete anos após o brutal assassinato de Dandara Kathryn², foi inaugurada em 15 de fevereiro de 2023, a Delegacia de Repressão aos Crimes por Discriminação Racial, Religiosa ou Orientação Sexual (Decrim), em ato simbólico. Ainda em 2023 foi criada a Secretaria da Diversidade (Sediv) do Ceará, com o objetivo de promover políticas públicas para a população LGBTI+. O processo de criação da Sediv de acordo com meus interlocutores foi marcado por negociações entre governador Elmano de Freitas do Partido dos Trabalhadores (PT), eleito em 2022, a deputada Federal Luizianne Lins, na época do Partido dos Trabalhadores (PT), e Movimentos Sociais LGBTI+ do Ceará. A criação da Sediv é acompanhada por publicação de normativas, leis e decretos, revelado em campo como uma ampliação dos espaços de participação social e pela criação de estruturas administrativas públicas voltadas ao enfrentamento das desigualdades produzidas pela cisheteronormatividade³

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

² O nome de Dandara vai aparecer ao longo do trabalho de duas formas. A primeira é como a pesquisadora Dediane Souza (2024) traz o nome de Dandara Kathryn, o outro é o nome da unidade móvel Dandara Ketlely.

³ A cisheteronormatividade, segundo Viviane Vergueiros Simakawa (2023), refere-se às normas sociais e culturais construídas historicamente para definir as identidades de gênero e sexualidades consideradas

(Rovai, 2022; Simakawa, 2023). Compreendo essas políticas públicas para além de instrumentos administrativos, aproximando-me da perspectiva de Shore e Wright (1997) e Shore (2010), para quem as políticas constituem tecnologias de poder que produzem categorias, relações e formas de subjetivação. Nessa perspectiva, interessa-me analisar como diferentes agentes de Estado e a população LGBTI+ negociam significados e produzem efeitos de Estado (Mitchell, 2015) no campo das políticas públicas.

Desse modo, apresento com este texto resultados parciais da pesquisa de doutorado em Antropologia sobre os processos de construção, negociação e implementação de políticas públicas destinadas à população LGBTI+ no Ceará. O trabalho de campo acompanha a atuação da Secretaria da Diversidade do Ceará (Sediv), primeira secretaria estadual brasileira voltada à promoção dos direitos dessa população, compreendendo-a como um espaço privilegiado para observar como o Estado é continuamente produzido por meio de práticas administrativas, documentos, classificações, interações institucionais e experiências cotidianas (Castilho, Souza Lima e Teixeira, 2014).

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se na etnografia multissituada (Marcus, 1995; Muzzopappa, Villalta, 2011; Ferreira, 2015; Lacerda, 2015; Aguião, 2017, 2018) com múltiplas posições do pesquisador, realizei pesquisa de campo em conferências, seminários e eventos públicos organizados pela Sediv e pelos Movimentos Sociais, acompanhei o evento Mutirão da Cidadania LGBTI+ no Centro Estadual de Referência Thina Rodrigues⁴ e entrevistas⁵ com gestores públicos, agentes do Estado, integrantes dos movimentos sociais e usuários das políticas públicas, combinados com análise de atas do Conselho Estadual de Combate à Discriminação contra a População LGBTI+. A observação participante foi articulada à análise documental de leis, decretos, atas, planos de gestão, relatórios institucionais e demais documentos administrativos produzidos por agentes do Estado.

Me aproximo de uma concepção de Estado não como entidade monolítica e autônoma, mas como processo relacional e contingente, conforme discutem Veena Das

legítimas. Esse conjunto de regras opera de maneira compulsória sobre aqueles que divergem dessa norma social, de modo que gays, lésbicas, bissexuais, pessoas transgênero, travestis, não-binárias, pansexuais e intersexo são classificadas como "não normais".

⁴ O nome do Centro faz referência a travesti negra ativista cearense, falecida em 2020 durante a pandemia do Covid-19. Ver mais sobre a história de Thina Rodrigues em "Travestis em todos os lugares: resistência, alianças e ativismo (Nascimento, 2024).

⁵ Os interlocutores desta pesquisa autorizaram a divulgação de seus nomes e dados, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

(2020, 2023), Abrams (2015), Mitchell (2015) e Gupta (2015). Assim, penso o Estado como aponta Lopes (2022, p. 27): “me distancio de elaborações clássicas que o identificam como uma unidade coerente e coesa, definida pelos marcos legais que ele próprio engendra e resguarda. Opto por compreendê-lo como processo, construído e reelaborado cotidianamente”. Com essa concepção a antropologia não precisa rejeitar o Estado, mas deve recusar tratá-lo como entidade homogênea. Essa perspectiva aproxima minha análise de autoras/es que têm discutido as materialidades, moralidades e documentos que compõem as práticas estatais, como Veena Das (2020, 2023), Adriana Vianna (2013), Silvia Aguião (2017, 2018), Paula Lacerda (2015), Letícia Ferreira (2009, 2015), Letícia Ferreira e Laura Lowenkron (2020), Adriana Vianna e Laura Lowenkron (2017), Paulo Victor Lopes (2022). Os/as autores/as apontam que o Estado é continuamente produzido em meio a documentos, reuniões, protocolos, disputas internas e interpretações situadas.

Assim, o Estado que emerge da análise é múltiplo, fragmentado, ambíguo, polissêmico (Lacerda, 2015). Ele aparece entre promessas e frustrações, entre visibilidade e omissão, entre a escrita dos documentos e a precariedade da sua execução. As políticas públicas LGBTI+ no Ceará não escapam a essas contradições: avançam, retrocedem, dependem de pessoas, de moralidades, de disputas internas, de agendas políticas mais amplas. Ao evidenciar essas camadas, compreendo o Estado não como estrutura fixa, mas como processo contínuo, feito e refeito por agentes do Estado, conselheiros, gestores, movimento social e usuárias/os que dele esperam proteção, reconhecimento e justiça. Apresento um Estado “não como é um ente dotado de consciência e intenção, tampouco é uno nem uma ‘coisa’ palpável, senão feixes de relações de poder” (Castilho, Souza Lima, Teixeira, 2014, p. 13).

O texto está dividido em três partes: a primeira apresenta uma breve contextualização sobre a criação da Secretaria da Diversidade (Sediv), o olhar dos agentes do Estado sobre sua atuação e como os documentos importam para meus interlocutores no processo de “gestar e gerir” (Souza Lima, 2002) a população LGBTI+ no Ceará. Em seguida, apresento, por meio da observação participante realizada durante o Mutirão da Cidadania e das entrevistas realizadas no Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues (CERLGBTTR), as dinâmicas observadas nesse espaço. Por fim, analiso as entrevistas com agentes do Estado, realizadas em diferentes momentos, com foco na Unidade Móvel Dandara Ketlely.

A Secretaria da Diversidade do Ceará o Estado em Ação

A criação da Secretaria da Diversidade (Sediv), segundo agentes do Estado e ativistas dos movimentos sociais, representa um marco nas políticas públicas voltadas à população LGBTI+ no Ceará e no Brasil. Durante conferências, atos públicos e seminários era recorrente a afirmação: "Somos a primeira e única Secretaria LGBTI+ desse país". Segundo os agentes do Estado que entrevistei, que atuavam/atuam na Sediv, Michelle Meira (ex-secretária da Sediv), André Marinho (secretário executivo), Narciso Júnior (ex-secretário executivo), Yuri Lima (ex-coordenador da política pública LGBTI+), Luana Angelo (Coordenadora da Política Pública), Jonatas Oliveira (Coordenador da Unidade Móvel), Larissa Ferreira Nunes (Coordenava o programa Empodera+) e Samila Oliveira Aires (Coordenadora do Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues), destacavam que, pela primeira vez, um governo estadual instituiu uma secretaria dedicada exclusivamente à formulação, coordenação e implementação de políticas para essa população. Também ressaltavam que a produção de editais, documentos e relatórios são fundamentais para consolidação, materialização e interiorização das políticas públicas no Ceará.

Segundo os agentes do Estado é preciso a produção de documentos, já que não existe outra Secretaria no país, “estamos começando do zero”, como me afirmou Michelle Meira. Luana Angelo apontou que no primeiro ano da Sediv demandava muito tempo produzindo edital, registrando dados e documento, e segundo André Marinho é preciso deixar relatórios de tudo, seria a prova material das políticas públicas executadas. Para Larissa Ferreira, por ser uma secretaria nova ainda temos muito o que fazer. Ao longo da pesquisa, os agentes do Estado sempre indicavam que eu acessasse os documentos do *Site* da Sediv, “lá tem tudo o que fazemos” (Caderno de Campo, 2025).

Ao longo da pesquisa de campo, realizada mediante observação participante, tornou-se evidente que a Secretaria é atravessada por múltiplas temporalidades (Fabian, 2013). De um lado, opera segundo os ritmos próprios da administração pública: licitação, espera pelo financiamento, reuniões longas, viagens, deslocamento, interiorização da política, execução de eventos, tramitação documental, execução orçamentária, elaboração de relatórios, reuniões técnicas, produção de relatórios e cumprimento de exigências legais. Segundo esses agentes de Estado a interiorização e o orçamento são os principais desafios da política pública, desse modo, para eles “leva tempo”. De outro, convive com as urgências registradas nas atas do Conselho Estadual de Combate à Discriminação

LGBT do Ceará CECD/LGBT, e apresentadas pelos sujeitos que procuram o equipamento da instituição após sofrerem discriminação, violência ou exclusão social, de forma presencial ou virtual, como o Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues. A burocracia estatal passa, assim, a administrar simultaneamente prazos administrativos e experiências humanas marcadas pela vulnerabilidade e complexidade territorial.

Essa coexistência produz uma característica central observada durante a pesquisa ao analisar a atas do Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT do Ceará CECD/LGBT: a constante necessidade de demandas e urgências. Demandas formuladas pelos movimentos sociais precisam ser convertidas em linguagem jurídica, financeira, administrativa e pedagógica, como formações em Letramento em Gênero, para que possam ingressar nos circuitos institucionais do Estado. Da mesma forma, os agentes do Estado revelam que há limitações orçamentárias, exigências legais e procedimentos burocráticos precisam ser explicados aos movimentos sociais, produzindo negociações permanentes sobre expectativas, prioridades e possibilidades concretas de ação governamental.

As pré-conferências regionais da população LGBTI+ que aconteceram em 2024 e a estadual em 2025, constituem um dos espaços privilegiados dessas demandas. Essas demandas são transformadas em documentos e relatórios publicados no *Site* da Sediv. Nesses encontros, experiências de discriminação, reivindicações por direitos e denúncias de violência são progressivamente transformadas em propostas deliberativas, posteriormente registradas em atas, sistematizadas em relatórios e convertidas em diretrizes para o planejamento governamental da Sediv. O percurso entre a experiência vivida e sua inscrição documental evidencia como o Estado produz categorias administrativas capazes de tornar determinados sofrimentos reconhecíveis institucionalmente. Toda essa produção documental realizada durante as pré-Conferências municipais, estadual e Federal passou ser materializada no documento “Plano Estadual de Proteção da Vida e Promoção da Cidadania LGBTI+ Do Ceará” lançado em junho de 2026.

O plano foi instituído pelo Decreto do Governador do Ceará Nº 37.385, de 3 de junho de 2026. Neste sentido, o plano não é apenas um conjunto de metas e diretrizes: ele expressa a consolidação de uma política de Estado voltada à superação das violências estruturais que atingem pessoas LGBTI+, com o objetivo de construir um Ceará verdadeiramente plural, seguro e inclusivo. (Ceará, 2026, p. 5)

O Plano, é documento produzido e foi aprovado pelo Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT do Ceará CECD/LGBT 2026-2027, composto pelas treze (13) entidades do poder público e treze (13) entidades da Sociedade Civil que compõem o CECD/LGBT 2026/2027. Esses documentos geram efeitos de Estado, esperança, cuidado, espera e promessa de futuro.

Outro espaço fundamental observado durante a pesquisa foi o Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues. Nesse equipamento, os atendimentos cotidianos revelam que a política pública não se resume à prestação de serviços especializados. Durante a entrevista que realizei com a Coordenadora do Centro, Samila Oliveira Aires observou que cada acolhimento envolve escuta, interpretação, produção documental e articulação com diferentes órgãos da rede de proteção, e no final ela precisa entregar um relatório para a Sediv. Os formulários preenchidos durante os atendimentos, os encaminhamentos realizados e os relatórios produzidos constituem parte essencial da própria política pública, pois organizam fluxos institucionais que conectam saúde, assistência social, segurança pública, educação e sistema de justiça.

Em abril de 2026, foi publicado no *Site* da Sediv três (3) relatórios das ações realizadas pela Sediv ao longo dos anos de 2023, 2024 e 2025, nomeados como Relatórios de Desempenho da Gestão da Secretaria da Diversidade do Ceará. Esses relatórios surgem como transparência, como Michelle Meira afirmou durante entrevista, que era preciso entregar relatórios com as ações realizadas, era preciso mostrar que a Sediv funcionava, porque a política pública LGBTI+ no Ceará ainda não estava construída, consolidada, tinha que ultrapassar a política de um governo e se tornar política pública de Estado, e toda ação precisava ser documentada. Assim, ela reafirma a necessidade da documentação para materializar e registrar no corpo do Estado as ações da Sediv.

A observação participante permitiu ainda acompanhar reunião interna da Secretaria com gestores municipais que articulam as políticas públicas nos municípios do Ceará, seminários técnicos e atos públicos nas quais diferentes concepções sobre cidadania, diversidade e direitos eram continuamente negociadas com os movimentos sociais. Esses espaços revelam que a produção das políticas públicas não ocorre apenas por meio de decisões hierárquicas, mas através de intensas negociações entre gestores públicos, técnicos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Desse modo, os agentes do Estado revelam o Estado em ação. É nesse espaço que se tornam observáveis as múltiplas mediações pelas quais demandas sociais são traduzidas em programas como o Empodera+, Cursos profissionalizantes, Mutirões de

empregabilidade, editais públicos, formações, Mutirões de Cidadania LGBTI+, relatórios e documentos administrativos e práticas institucionais. Mais do que implementar políticas previamente definidas, os agentes do Estado participam continuamente da própria produção do Estado, evidenciando que a ação estatal é sempre relacional, negociada e atravessada por documentos, disputas políticas e afetos.

Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues

Foi durante a realização do Mutirão da Cidadania, promovido pela Sediv no Thina Rodrigues, que percebi práticas cotidianas do Estado em ação e os efeitos de Estado. Mais do que um evento de prestação de serviços públicos, o mutirão revelou-se um espaço privilegiado para observar como o Estado é continuamente produzido através de documentos, encontros, afetos e tecnologias burocráticas que articulam reconhecimento, cidadania e direitos.

Acompanhando o cotidiano do Centro, observei como o Estado, por meio de seus agentes de Estado, práticas e dispositivos burocráticos, atualiza concepções de justiça e segurança direcionadas às dissidências sexuais e de gênero. O próprio nome do equipamento institucional funciona como um marcador simbólico de memória, inscrevendo nas paredes do Estado trajetórias de resistência, sofrimento e visibilidade protagonizadas por sujeitos historicamente marginalizados. A imagem desenhada da ativista travesti negra Thina Rodrigues nas paredes de concreto do Centro reflete a presença simbólica da trajetória e história dentro do aparelho institucional do Estado.

Ao longo da pesquisa de campo, os agentes de Estado da Sediv me apresentaram o Thina Rodrigues como um espaço emblemático do Estado em ação, nas palavras de Mitchell “Lá no Centro acontece política pública”. Representando o Centro como uma institucionalização do “Pacto” (Balesterro, 2019) do Estado com os movimentos sociais do Ceará durante as primeiras “Conferências Estaduais de Políticas Públicas para LGBT realizadas pelo Governo do Estado nos anos: 2008, 2011 e 2016” (Souza, 2022, p. 118-119), até sua criação. Além disso, o centro é apresentado por Samila Oliveira Aires e Mitchell Meira como um lugar de “proteção, promoção e acolhimento” de direitos da população LGBTI+.

Os agentes do Estado que entrevistei, Larissa, Samila, Mitchell, Luana, André, Yuri e Narciso apontam o Thina Rodrigues como o Estado em ação, onde opera serviços de acolhimento psicossocial, jurídico e assistencial voltado à população LGBTI+

em situação de vulnerabilidade, especialmente pessoas gays, lésbicas, intersexo, trans, travestis e negras, com um olhar interseccional. Ao me mostrar os dados do Centro Samila abriu um documento em seu computador e em números revela que a maioria das população atendida no Thina são mulheres trans e travestis negras. Segunda ela contabilizar, registrar e produzir relatórios se faz necessários para a Sediv.

A presença do Thina Rodrigues no cotidiano das pessoas LGBTI+ revela dinâmicas complexas de acesso, mediação e tradução de direitos, que mobilizam afetos, burocracias e narrativas sobre pertencimento e cidadania. Com atendimentos realizados de forma presencial ou online, mediante agendamento via telefone ou *WhatsApp*, o Centro opera em um modelo que combina tecnologias da escuta com práticas de gestão da vida e da vulnerabilidade.

Durante a minha visita ao Centro, estava acontecendo o Mutirão da Cidadania LGBTI+, emergindo, nesse cenário, mais do que uma prestação de serviços. O mutirão encena publicamente a performance do Estado protetor (Lacerda, 2015), com uma cidadania de direitos LGBTI+ disputada, que reconhece as singularidades de gênero e sexualidade, ainda que dentro das “malhas seletivas” (Freire, 2015) e porosas da burocracia. Ele funciona como um dispositivo performativo de presença estatal, ao mesmo tempo inclusivo e condicionado, em que a população LGBTI+ é chamada a reinscrever-se nos registros da legalidade e da dignidade, por meio de atendimentos, escutas e pequenos rituais documentais. É nesse espaço de encontros e esperas que se atualizam as promessas e os limites da política pública, marcando o mutirão como um território provisório de reconhecimento e disputa, gerando efeitos de Estado.

No contexto do Mutirão da Cidadania LGBTI+ realizado no Thina Rodrigues, a presença do Estado, encenada por meio de ações de registro civil, nome social, orientações jurídicas e atendimento psicossocial, revela um esforço de reconhecimento institucional das identidades de gênero e sexualidade.

O Mutirão da Cidadania LGBTI+

Cheguei ao Thina Rodrigues às 8h27 do dia 27 de maio de 2025. Ainda não havia nenhum usuário presente. Ao chegar na recepção perguntei a recepcionista se o Mutirão da Cidadania LGBTI+ já havia começado e onde ele aconteceria. Ela respondeu que seria ali mesmo, mas que ainda ninguém havia chegado. Procurei um lugar para me acomodar. Na própria sala de recepção, havia um banco com dez assentos, destinado aos

usuários que chegaria para o atendimento. Sentei-me ali e, enquanto aguardava, observei a estrutura da recepção.

Todas as pessoas que chegavam ao Centro para algum tipo de atendimento passavam pela recepcionista. Sempre perguntava para qual serviço a pessoa estava procurando, e solicitava que aguardasse um pouco. Em seguida, ela convidava até sua mesa e solicitava que o usuário preenchesse a ficha de atendimento do dia. Presenciei esses procedimentos durante os dois dias em que aconteceu o “Mutirão da Cidadania LGBTI+”.

A ficha preenchida pelos usuários continha as logomarca do Thina Rodrigues, do Governo do Estado do Ceará, da campanha “Ceará da Diversidade Contra a LGBTFOBIA” e da Secretaria da Diversidade. Abaixo a descrição do tipo de Ação, Data, Município e instituição que estava realizando o evento, no caso o Mutirão de Cidadania LGBTI+, apresentado como uma parceria da Sediv com a Secretaria de Proteção Social (SPS) e com a Defensoria Pública do Ceará (DPCE). O Mutirão é apresentado como tendo o objetivo contribuir para o acesso da documentação básica das pessoas LGBTI+, além de continuar e ampliar com os serviços cotidianos de saúde, ao acolhimento psicossocial e serviços jurídicos. Durante os dois dias percebi sendo ofertados serviços como Emissão da nova Carteira de Identidade Nacional (CIN); Acesso à Carteira de Trabalho Digital; Plantão Psicológico para acolhimento e escuta qualificada com profissionais do Jurídico, Serviço Social e Psicólogo. Eu não pude acompanhar nenhum atendimento nas salas dos profissionais.

A bolsa de Ametysta: arquivos e efeitos de Estado

Na manhã do dia 27 de maio de 2025, a primeira pessoa a ser atendida no Mutirão de Cidadania LGBT+ foi Ametysta Sylva, uma pessoa trans já usuária do Thina Rodrigues, onde realizava acompanhamento psicológico. Ela chegou às 8h40 e terminou seu atendimento às 11h02. Ao chegar com sua pasta de documentos, Ametysta trazia consigo mais do que papéis: trazia um percurso prévio de circulação por serviços estatais, como o VaptVupt, em busca da 2ª via de sua Carteira de Identidade, condição necessária para iniciar o processo de retificação de seus demais documentos. Esse percurso evidencia os caminhos fragmentados e condicionais pelos quais a cidadania trans é performada e reconhecida pelo Estado, dependendo da articulação entre diferentes instâncias burocráticas e do acúmulo de provas e documentos de si. Segundo ela, viu o anúncio do

Mutirão pela Televisão no programa que sua mãe gosta de assistir CeTv e anotou todas as informações no seu caderno:

Vim buscar meus direitos. Eu vim buscar apoio psicológico. Mas quero meu nome social nos meus documentos. Eu já fiz minha identidade no VaptVup. Hoje vim fazer a retificação dos meus documentos, título, CPF, Certidão de Nascimento. Quero meus documentos com meu nome social, em todos os documentos. (...) Agora quero meus documentos. Eu tirei de graça, a primeira via do RG. (Entrevista, Ametysta Silva, 27/05/2025).

Ao chegar no Centro, Ametysta foi acolhida pela recepcionista, funcionária que a orientou a aguardar antes de ser convidada a preencher a ficha de atendimento. Essa ficha, representa um artefato material e simbólico do processo de documentação. Nela, são solicitados dados como nome, CPF, telefone, tipo de serviço solicitado e assinatura, marcadores que, embora simples, materializam a “assinatura do Estado” (Das, 2020). Todos os usuários ao chegarem no Centro assinam duas fichas e informam seus dados. A primeira ficha refere-se a Agenda Mutirão de Cidadania LGBTI+ realizada em parceria com Sediv e SPS, e a segunda era Agenda Mutirão de Retificação de nome e gênero de pessoas Trans, era parceria com a Defensoria Pública do Ceará.

Nesse registro, é possível mapear os serviços demandados nos dias do mutirão: retificação de documentos, emissão da Carteira de Trabalho, orientação jurídica e cadastro no Cadastro Individual Nacional (CIN). Cada uma dessas categorias remete a dimensões distintas de cidadania e acesso a direitos, civis, sociais e jurídicos. A ficha, portanto, é mais do que um documento administrativo: ela é uma forma de inscrever sujeitos nas malhas do Estado (Freire, 2015), ativando uma rede de reconhecimento, regulação e assistência que depende da capacidade de se tornar legível e processável pelos dispositivos burocráticos. Compreendo que as malhas do Estado aparecem à medida que o Estado não é uma entidade unificada e monolítica, mas como um conjunto heterogêneo de práticas, dispositivos, agentes e relações que se estendem e se entrelaçam no cotidiano.

Ao escrever seu nome, indicar seu CPF e assinar, a pessoa usuária reinscreve-se no sistema legal, político e reconhecimento do Estado. Ao mesmo tempo, essa ação explicita os limites da política pública: quem pode ser atendido, sob quais condições, e a partir de quais documentos válidos. A espera de Ametysta, o pedido de aguardar, o preenchimento da ficha e o atendimento subsequente são momentos que evidenciam as temporalidades administrativas da cidadania LGBT+, o tempo da espera, da escuta, da documentação, da rotina, que muitas vezes exigem paciência, persistência, esperança e disposição para navegar um emaranhado institucional.

Durante o atendimento no Mutirão de Cidadania LGBTI+, Ametysta Sylva não trazia consigo apenas a pasta com documentos oficiais, aqueles exigidos para acessar os direitos civis e regularizar sua identidade perante o Estado. Junto à pasta, Ametysta levava em sua bolsa fragmentos de uma memória encarnada, um pequeno acervo afetivo: fotos, recortes de jornal, anotações em cadernos e uma blusa antiga de um evento da Atrac. Esses objetos compõem o que aponto como arquivo portátil de si, não apenas como uma autobiografia documental, mas como um arquivo político de um pertencimento coletivo.

Ela me apresentou esse arquivo, contendo imagens de oito travestis, entre as quais figuravam Janaína Dutra, Marília Miara, Natália Kinsky, Tina MCGiver (Thina Rodrigues), Alessandra Costa, Druzza Berger, Paula Costa (na época presidenta da Atrac), Daletty de Polly e Skarlatt Ohara. Em seguida, fui indagado se eu conhecia aquelas travestis. Respondi que reconhecia algumas, enquanto outras me eram desconhecidas. A interlocutora, então, passou a descrever cada uma das travestis presentes no arquivo, destacando, entre elas, seu vínculo pessoal com Thina Rodrigues.

Esses arquivos não são apenas lembranças pessoais, eles são provas de uma história coletiva silenciada, frequentemente ausente dos arquivos oficiais. A bolsa de Ametysta, nesse sentido, não é apenas um acessório, mas uma extensão de sua biografia e de sua militância, um microcosmo de luta e afeto entre travestis que se constituíram em redes de apoio, convivência e resistência. Suas fotos, recortes e camisetas são dispositivos de memória viva, arquivos encarnados que preservam e performam uma história travesti que persiste, apesar das ausências institucionais.

Em seguida ela retirou outra foto de uma campanha da Atrac “Cidadania e Direitos Humanos para Travestis”. Os artefatos mostrados por Ametysta revelam a materialidade da sua memória. Sua vida foi entrelaçada com as de outras travestis. Ela rememorava com alegria e afeto, dizendo “são minhas amigas. Tem umas que não vi mais. A gente se encontrava no Grab” (Caderno de Campo, 2025).

Ametysta retira de sua bolsa uma blusa do III Encontro de Transgêneros do Nordeste (2006), com o lema *"Travestis na Luta Contra o Racismo e o Preconceito"*, intensifica ainda mais essa dimensão material da memória. A camiseta, desgastada pelo tempo, é um artefato que narra. Contém dados históricos, datas, slogans e símbolos que a transformam em documento corporal, em evidência de participação e presença em lutas políticas. Ela guarda, como um tecido que respira, o calor das manifestações, os nomes das companheiras, o orgulho e as ausências.

A memória de Ametysta não se apresentava apenas em narrativas orais, mas em objetos que performam sua história. A materialidade desses objetos (papéis, tecidos, fotografias) mobiliza afetos e reivindica lugar em uma história pública que frequentemente marginaliza e apaga as vivências travestis. São contrarquivos, que desafiam os silêncios da história não contada e tornam visível uma história encarnada nas margens do Estado (Das, Poole, 2008)

O gesto de Ametysta de compartilhar esses objetos durante o atendimento transforma aquele espaço, uma sala de espera estatal, em um território de afirmação histórica, onde o passado é ativado como parte da luta presente por reconhecimento e dignidade. Sobre sua vinda ao Centro, ela narrou:

Eu vim retificar meus documentos, a minha mãe tem uns problemas nos pés, ela já caiu muito, tem um joelho dela que dói, dói, dói muito. Aí, ela tem esses problemas, pra ela se desgastar pra ir pro Centro, ir pra Cartório, tem que pagar também, entendeu? Aí eu lembrei daqui e lembrei da Janaina Dutra. Sou eu mesma que preciso vir atrás disso né. Minha irmã só quer saber de dormir. Então é só eu mesma. E esses documentos são importantes para mim, porque aqui eu conheci um suíço, ele é diplomata sabe, queria me levar pra Suíça, eu também queria viajar né, queria tirar meu passaporte, ter meus documentos todos certinhos para tirar o passaporte, e tirar minha vacinas. Eu tenho todinho minhas vacinas. Eu quero viajar, quando minha mãe morrer eu vou pra São Paulo. Eu tenho parente lá, tenho tia, tenho avó, tenho tia por parte do meu pai em São José do Rio Preto, tenho primo em Campinas. Eu poderia até ficar na casa deles, mas eu queria meu canto, entendeu?

A fala inicia-se com o motivo da vinda ao Centro de Referência: a retificação dos documentos, o que implica a busca pelo reconhecimento estatal de sua identidade de gênero. A retificação é uma demanda recorrente nas políticas públicas voltadas para a população trans e um marcador importante de cidadania formal. A ausência ou imprecisão desses documentos representa não apenas obstáculos burocráticos, mas também barreiras existenciais e limites de mobilidade social e física. No caso de Ametysta, o desejo de retificar seus documentos está articulado com a possibilidade de mobilidade internacional (viagem à Suíça, obtenção de passaporte), mostrando como a burocracia estatal regula sonhos, afetos e futuros possíveis. A retificação, nesse sentido, é também uma tecnologia de futuro.

“Estado em ação”: narrativas de usuárias

Ainda na recepção do Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues, acompanhei a chegada de Alana, Guta, Carla, Morgana, Pamella, Soraia e Nicolle. As entrevistas e conversas realizadas com elas revelam trajetórias marcadas por

deslocamentos, violências, estratégias de sobrevivência, afetos e disputas por reconhecimento estatal.

As interlocutoras, mulheres trans, travestis, lésbicas e bissexuais, acionam o espaço institucional não apenas como local burocrático de retificação documental, mas como território de acolhimento, escuta, cuidado psicológico, acesso à cidadania e reconstrução de si. Nas narrativas de Ametysta, Alana, Guta, Carla, Morgana, Pamela, Sabrina e Soraia, emergem experiências cotidianas atravessadas por relações familiares complexas, precariedade social, racismo, violência doméstica, transfobia, dificuldades laborais e busca por dignidade. A documentação aparece como tecnologia de reconhecimento e de alinhamento entre corpo, nome, gênero e existência social, enquanto o Centro Thina Rodrigues é percebido como um espaço de mediação entre sujeitos historicamente marginalizados e o aparato estatal. As narrativas dessas usuárias demonstram ainda que o acesso às políticas públicas não ocorre apenas pela formalidade administrativa, mas também por redes afetivas, indicações via *WhatsApp*, amizades, relações de trabalho e circuitos comunitários LGBTI+.

Logo após a entrevista com Ametystia, Alana entrou no centro para realizar a retificação de sua Carteira de Identidade. Alana é uma mulher trans de 19 anos, negra, moradora do bairro Papicu. Ela soube do evento por meio do Canal do *WhatsApp* e também foi orientada a comparecer por um amigo do seu ambiente de trabalho.

Meu encontro com Alana ocorreu em meio à movimentação intensa do Mutirão com a chegada dos agentes do Estado da Sediv. Ela falava de forma calma e objetiva, mas, ao longo da conversa, sua narrativa revelou camadas importantes sobre reconhecimento, acolhimento institucional e os efeitos do Estado em sua trajetória. Quando perguntei o que a trouxe ao Thina Rodrigues, respondeu que estava ali para atualizar sua identidade e que já havia iniciado anteriormente o processo de alteração de outros documentos. O modo como descreveu sua ida ao centro mostrava que aquela ação não era isolada, mas parte de um percurso gradual de reorganização burocrática e afirmação de si.

Eu vim retificar a identidade, a identidade. Eu já tinha entrado no processo pra fazer a retificação dos outros documentos e apareceu a oportunidade de eu fazer a retificação da identidade. (...) Eu soube do evento através do WhatsApp, que eles me enviaram mensagens e também através de onde eu trabalho. Onde eu trabalho, eu conheço uma pessoa que convive com o projeto e me encaminhou.

O atendimento aqui é muito bom é muito bom, excelente. Eu gostei muito do atendimento psicológico, nunca tinha feito e tem me dado um suporte muito grande na área do psicológico, que eu estava precisando mesmo. Porque

quando a gente começa uma transição, é bem complicado lidar com a família, lidar com a sociedade, né? E me deu um apoio bastante na caminhada, né? Hoje eu trabalho como atendente no Shopping Rio Mar. Eu trabalho para o shopping mesmo e através de lá eu tive a coragem de iniciar realmente a minha retificação, porque eles me deram todo o suporte porque eu queria ser chamada pelo meu nome social. E eu conheci uma pessoa, posso falar o nome da pessoa? A Cássia, ela me deu esse suporte e ela me encaminhou pra cá e pediu pra eu tirar já toda a documentação, bem direitinho, já pra deixar tudo ok. Mas, mesmo assim, já estou sendo chamada com o meu nome social, todos me respeitam, gostam muito do meu trabalho, não pretendo sair nunca e pretendo crescer dentro da empresa (Entrevista, Alana, 2025).

Durante a entrevista com Alana, chegaram no Centro Guta, Carla e Sabrina, elas revelaram diferentes formas pelas quais o Estado atravessa as trajetórias de pessoas LGBTI+ através da burocracia, do cuidado, da documentação, da assistência social e da promessa de reconhecimento. Embora cada narrativa possuísse especificidades, havia entre elas um elemento comum: a ida ao centro não se reduzia à busca por um serviço técnico, mas representava a tentativa de reorganizar a vida, produzir dignidade e negociar pertencimentos sociais negados. O Centro aparecia simultaneamente como espaço de regularização documental, acolhimento emocional e mediação institucional entre sujeitos vulnerabilizados e as estruturas formais do Estado.

Guta apresentou-se de forma direta e objetiva: “sou mulher trans. Negra”. Sua fala condensava marcadores fundamentais de raça, gênero e trabalho que atravessavam sua experiência social. Ela procurava o centro para “ajeitar” os documentos e atualizar a carteira de trabalho com o nome retificado, de modo que “ficasse tudo de acordo”. A expressão “ficar tudo de acordo” revela categorias importantes para pensar os efeitos do Estado por meio dos documentos na vida de pessoas trans: trata-se de alinhar corpo, identidade, trabalho e documentação em uma lógica de coerência social exigida pelas instituições.

Guta relatou que atuava como professora de ballet clássico em projetos sociais e escolas particulares, mas que os pagamentos ainda eram feitos via Pix porque sua documentação permanecia desatualizada. Nesse sentido, a ausência da retificação produzia efeitos concretos de informalidade e precarização laboral. A legalização documental aparecia como condição de reconhecimento profissional e inserção formal no mercado de trabalho. Ao afirmar que já frequentava o centro desde o ano anterior e que realizava acompanhamento psicológico, Guta evidenciava outra dimensão importante da presença estatal: o Estado como espaço contínuo de cuidado e escuta, um Estado protetor (Lacerda, 2015). O atendimento psicológico surge em sua fala como parte constitutiva do

processo de transição e da produção de estabilidade subjetiva. Sua experiência demonstra como o Estado produz efeitos que extrapolam a emissão de documentos, alcançando a construção de autoestima, legitimidade profissional e permanência social.

A conversa com Carla revelou outra temporalidade da experiência trans e dos sentidos da retificação documental. Diferentemente de Guta, Carla tinha 52 anos e enfatizava uma trajetória longa marcada por situações recorrentes de constrangimento social. Ao falar sobre a necessidade de alterar todos os documentos, afirmou: “não adianta fazer só alguns”.

Eu vim mudar todos os documento. Porque tem que mudar tudo, né? Não adianta fazer só alguns. É importante sim, porque... Essa forma é sempre um pouco constrangedora quando a gente se... Quando a gente fala o nome, né? Da gente, o pessoal... Seu nome é esse e tal, entendeu? Aí ele tem que explicar, é porque eu sou trans e tal. Enfim... (Entrevista, Carla, 2025)

A documentação, para ela, precisava corresponder integralmente à sua identidade e aparência física. Sua narrativa mostrava como a divergência entre nome civil e expressão de gênero produz pequenos constrangimentos cotidianos que, acumulados ao longo dos anos, constituem formas permanentes de transfobia. Quando perguntei sobre a retificação do seu documento, ela apontou que sua cidadania se tornaria “mais completa”, afirmando que sua documentação ficaria “mais condizente” com sua condição física.

Meu documento retificado me deixa com uma cidadania mais completa. Sim, com certeza, né? Pra família, os amigos, né? Fica mais completo, né? Se adapta melhor à minha condição física, né? A minha documentação fica mais condizente com o meu aspecto físico, né? Com certeza a melhoria é grande, né? Fica muito mais confortável pra mim, pras outras pessoas, né? (Entrevista, Carla, 2025).

E sobre o acesso a outros equipamentos do Estado, ela afirmou.

Eu já participei de outros eventos, já. Já fui a um evento em um posto de saúde, que teve um mutirão também para atendimentos médicos, né? E esse é o segundo evento que eu participo, assim, de evento para atendimento para algum tipo de atendimento, né, ao cidadão (Entrevista, Carla, 2025).

Sua fala permite pensar a cidadania documental como dimensão fundamental do reconhecimento estatal: não se trata apenas de possuir documentos, mas de possuir documentos capazes de validar publicamente a existência social do sujeito.

Enquanto eu conversava com Carla, a presença de Sabrina ao lado produzia outra camada de interpretação importante sobre o espaço do centro. Antes mesmo da entrevista formal, ela participava de uma conversa sobre respeito às identidades e orientações sexuais, afirmando: “você não tem que me aceitar. Você tem que me respeitar”. Sua fala introduzia uma distinção moral relevante entre aceitação e respeito, deslocando a discussão da esfera afetiva para a esfera ética e política dos direitos. Sabrina

não estava no centro inicialmente por demanda própria, mas para ajudar uma amiga lésbica em situação de extrema vulnerabilidade após sofrer um golpe e perder seus pertences. Sua trajetória articulava violência doméstica, deslocamento institucional e precariedade habitacional.

Sabrina relatou ter sido encaminhada para um abrigo após fugir do marido violento junto com a filha, passando pela Casa da Mulher Brasileira⁶. Nesse percurso, o Estado aparecia de forma ambígua: simultaneamente como espaço de proteção emergencial e como aparato desorganizado, já que ela afirma que “não era pra ter botado” naquele abrigo específico. Sua ida ao Centro Thina Rodrigues revelava como usuários frequentemente acionam diferentes equipamentos públicos de maneira interligada, construindo trajetórias institucionais fragmentadas entre assistência social, políticas para mulheres e políticas LGBTI+.

Eu vim pra ajudar uma amiga, né? Uma amiga passou por um golpe, infelizmente, e aí eu vim ajudar ela pra poder ela ter um norte aí do que ela possa fazer, né? Depois do golpe que ela sofreu. Porque assim, eu a conheci num abrigo pra famílias moradoras de ruas, porque eu fui vítima de violência do meu marido e aí eu fugi com a minha filha e aí a Casa da Mulher Brasileira me botou nesse abrigo, que não era pra ter botado, mas me botou. Eu conhecia ela e eu vendo ela, né. O jeito dela assim, que ela estava passando assim, então eu resolvi ajudar, né.

Ela conheceu alguém aqui em Fortaleza e aí ela veio e a pessoa roubou ela, tudo dela, assim. Dinheiro, coisas assim. E aí ela ficou o restinho de dinheiro que ainda sobrou, ela ficou na pousada e aí não teve mais como pagar a pousada, ela teve que sair e aí ela foi parar lá no meu abrigo. Eu não sei como ela foi parar lá no meu abrigo que eu estou. Eu sei que ela foi parar lá e tá lá até hoje.

Ela queria fazer a identidade, né? Porque tá velha. Só que o problema é a certidão de nascimento, né? Só que a certidão de nascimento dela tá lá nesse hotel, dentro da mala dela, que ficou guardada lá. E aí eu vim ver se aqui, eu pensei que tinha um SINE [fazendo aos serviços de referência oferecidos pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho], né? Aqui, que disseram que há muito tempo... porque eu me lembro, há muito tempo teve. E aí era pra trazer o currículo dela para ver se ela conseguia um emprego, né? Pra poder se reerguer.

Ela é lésbica, ela é lésbica e eu sou bissexual. Eu sofri violência, vivi com ele 12 anos, né? Vivi, passei a sofrer violência doméstica. E aí eu fugi, né? de lá, fugi e fui parar na casa da mulher brasileira

(Entrevista, Sabrina, 2025).

Ao narrar sua experiência como mulher bissexual, Sabrina evidenciou uma dimensão frequentemente invisibilizada inclusive dentro da própria população LGBTI+:

⁶ “A Casa da Mulher Brasileira (CMB) é um equipamento que atua com rede de proteção e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência. Gerida pela Secretaria das Mulheres do Ceará, a Casa oferece acolhimento e encaminhamento da denúncia de forma ágil e especializada” (Ceará, Online). Disponível em: <https://www.ce.gov.br/mulheres/casa-da-mulher-brasileira-servicos/>. Acesso em 29 de Jun de 2026.

a bifobia. Sua fala demonstrava que o sofrimento não vinha apenas da heteronormatividade, mas também de hierarquias internas da própria comunidade, onde pessoas bissexuais seriam constantemente pressionadas a “escolher” entre homens e mulheres.

A gente quando é bissexual, as pessoas ficam dizendo que a gente tá em cima do muro, que a gente tem que escolher. Eu não tenho que escolher nada. Eu tenho que, eu tenho que ficar com quem eu gosto, se for uma mulher, se eu gostar dela, eu vou ficar com ela. Se for um homem e eu gostar dele, como eu passei, né? É muito tempo casada com ele, eu nunca trai ele, mas assim... Se eu acabo assim, depois, vai acabar, a gente vai acabar, né? Vamos nos divorciar, eu tiver um fim de uma mulher e eu quiser ficar com ela, eu vou ficar com ela. E as pessoas, e principalmente na comunidade LGBT, a gente sofre muito com isso, com essa história de ser bi. Por que não pode? Ah não, você tem que gostar de homem ou você tem que gostar de mulher. Não, eu gosto dos dois e pronto. E aí a gente sofre muito com isso. A gente tem um problema, essas pessoas têm um problema horrível com as pessoas que são bissexuais (Entrevista, Sabrina, 2025).

A expressão “estar em cima do muro”, mencionada por ela, aparece como categoria acusatória utilizada para deslegitimar experiências bissexuais. O Centro Thina Rodrigues, nesse contexto, surgia não apenas como lugar de acesso a direitos formais, mas como espaço potencial de escuta e reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas inclusive dentro do próprio campo LGBTI+. Diferentemente de Guta e Carla, Sabrina não buscava diretamente a retificação documental, mas seu encontro com o Thina Rodrigues evidencia como esses espaços acabam funcionando como redes ampliadas de apoio social, orientação, circulação de informações e construção de solidariedades entre sujeitos precarizados. Sua presença no Mutirão demonstra que os efeitos de Estado ultrapassam o atendimento individualizado, produzindo também formas coletivas de cuidado, encaminhamento e mediação moral entre pessoas em situação de vulnerabilidade. Sabrina saiu com sua amiga. Carla e Soraia continuaram a conversar comigo, Carla narrava uma vivência de um assalto e Soraia relatava violência transfóbicas que sofreu ao longo da vida.

Em seguida, Morgana e Nicole adentraram na sala de espera. Morgana narrava um episódio ocorrido em uma academia, quando utilizava o banheiro feminino. Seu relato evidenciava como o controle dos corpos trans se manifesta em pequenas ações aparentemente triviais, mas carregadas de hostilidade simbólica. Ela descrevia que, enquanto estava no banheiro, uma mulher insistiu em mexer na maçaneta e bater na porta, mesmo percebendo que o espaço estava ocupado. Não satisfeita, a mulher apagou a luz do banheiro, desligando também o ventilador em um espaço pequeno e abafado. Morgana

relatava a situação com indignação, mas também com ironia e enfrentamento, afirmando que abriu a porta novamente e ligou o ventilador, deixando a outra mulher constrangida. Ao comentar o episódio, dizia não compreender “por que se incomodam tanto com o nosso banheiro”, revelando como o acesso ao banheiro feminino permanece um dos principais dispositivos de policiamento moral e de exclusão das mulheres trans no cotidiano.

A conversa com Morgana e Nicole revelava, portanto, como o espaço do Centro de Referência não era apenas um local burocrático de atendimento estatal, mas também um território de circulação de narrativas, afetos e experiências compartilhadas. Na sala de espera, enquanto aguardavam atendimentos, produziam coletivamente leituras sobre a violência, estratégias de enfrentamento e formas de reconhecimento mútuo. As falas das duas demonstravam como a experiência trans é constantemente atravessada pela necessidade de negociar pertencimentos, enfrentar constrangimentos cotidianos e construir redes de apoio em meio às precariedades sociais e afetivas.

Nicole me disse: “eu sou mulher trans/travesti”, assim ela apresentava sua narrativa marcada pelas dificuldades burocráticas quanto pelas possibilidades de reconhecimento e autonomia produzidas por políticas públicas específicas. Durante o Mutirão, em sua fala sobre a retificação documental, ela afirma: “foi uma novela para tirar os documentos”. Sua narrativa apontava como o acesso à cidadania formal ainda é atravessado por obstáculos institucionais, constrangimentos e negociações afetivas com a burocracia estatal. O desconforto com a fotografia do seu documento Registro Geral (RG), revelava que os documentos não operam apenas como instrumentos administrativos, mas também como dispositivos de reconhecimento social e de legitimação identitária. Ao afirmar que agora “tá tudo retificado” e que sua vida está “muito mais organizada”, Nicole demonstrava como a documentação produz efeitos materiais e subjetivos, reorganizando sua relação consigo mesma e com os espaços sociais.

Sua trajetória também evidenciava os efeitos ambíguos do Estado: de um lado, a morosidade e os constrangimentos burocráticos; de outro, a produção de inclusão por meio de políticas de capacitação, assistência psicológica, atendimento jurídico e incentivo econômico. O fato de Nicole ter realizado cursos no centro e posteriormente acessar o projeto “Meu Carrinho Empreendedor”, da Prefeitura de Fortaleza, mostra como determinadas políticas públicas operavam como tecnologias de autonomia e

reconhecimento, ampliando possibilidades de trabalho e mobilidade social para sujeitos historicamente marginalizados.

A Unidade Móvel Dandara Ketlely e o Estado em Movimento

Atendimentos feitos pelos equipamentos da Secretaria da Diversidade, sendo 2130 atendimentos realizados pelo Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues e 514 atendimentos pela Unidade de Atendimento Móvel LGBTI+ Dandara Ketlely (Ceará, 2026, p. 27).

O trecho acima, retirado do Relatório de Desempenho da Gestão do Órgão – Sediv 2025, quantifica o total de atendimentos realizados tanto pelo Centro de Referência como pela Unidade Móvel Dandara Ketlely. A inscrição quantitativa no relatório aparece mais uma vez como materialidade do funcionamento da política pública e das ações da Sediv, como dispositivo de visibilidade capaz de registrar e quantificar o atendimento da população LGBTI+.

A Unidade de Atendimento Móvel à População LGBTI+ do Ceará Dandara Ketlely de Atendimento realizou 364 atendimentos individuais, além de atendimentos grupais e encaminhamentos por meio de agenda aberta. Foram promovidas 05 ações de busca ativa nos territórios, 10 participações em eventos do Projeto Acolher, 04 ativações em eventos e 10 visitas aos municípios do PREVIO, contribuindo para a ampliação do acesso, a interiorização das ações e o fortalecimento da rede de atendimento à população LGBTI+. (Ceará, 2026, p. 28).

Durante a conversa na recepção do Centro Estadual de Referência LGBT+ Thina Rodrigues, a secretária Mitchell e a coordenadora da política pública LGBTI+ Luana dialogavam sobre os preparativos logísticos para uma viagem à cidade de Barbalha. Em tom de familiaridade, a secretária questionava se já estava tudo organizado para a ida da Unidade Móvel Dandara Ketlely. Luana Ângelo, por sua vez, mencionava que faltava apenas a nomeação oficial de um servidor público, condição necessária para viabilizar o pagamento correto das diárias. Mitchell, num gesto que mistura pragmatismo burocrático e confiança institucional, responde que ele poderia ir assim mesmo, pois ela resolveria os trâmites posteriormente.

Esse diálogo aparentemente ordinário revela camadas do funcionamento da política pública e da ação estatal em sua dimensão cotidiana. A Unidade Móvel Dandara Ketlely, enquanto dispositivo técnico e simbólico, condensa uma série de deslocamentos, físicos, políticos, institucionais e subjetivos, que operam sobre o corpo do Estado e dos sujeitos LGBTI+ nas margens do território cearense.

Durante as entrevistas realizadas com Narciso Júnior, Yuri Lima e Luana Ângelo, André Marinho, Jonas Oliveira e Mitchell Meira, todos apresentaram em suas narrativas a existência da Unidade Móvel Dandara Ketlely. Essas narrativas permitem compreender a Unidade Móvel como um artefato estatal que materializa, ao mesmo tempo, a expansão, os limites e as disputas em torno das políticas públicas LGBTI+ no Ceará. Em suas falas, a unidade aparece não apenas como um equipamento de atendimento itinerante, mas como resultado de longos processos burocráticos, negociações institucionais, articulações intergovernamentais e estratégias de interiorização da política pública.

As entrevistas revelam os diferentes circuitos de produção do Estado, desde a captação de recursos, os entraves licitatórios e administrativos, até a construção de redes de atendimento e reconhecimento nos municípios, evidenciando como a política pública se faz por meio de deslocamentos, mediações e disputas simbólicas. Ao mesmo tempo, demonstram que a Unidade Móvel opera como uma presença estatal móvel e orientação pedagógica, voltada tanto para o atendimento quanto para ações de formação e letramento, cidadania e enfrentamento à LGBTfobia, sobretudo em regiões historicamente afastadas dos serviços especializados, como o Cariri. Todos os agentes do Estado citavam essa região ao longo das entrevistas. Nesse sentido, os depoimentos permitem analisar como o Estado se performa através da circulação de equipamentos, da linguagem da inclusão e das tensões produzidas pela recepção pública e pela desinformação em torno das políticas voltadas à população LGBTI+.

Narciso, por exemplo, disse:

Eu tenho uma questão de pontuar uma questão ainda aqui, que é a questão dos recursos que foram, dentro da nossa gestão, que foram garantidos para a ampliação da política pública LGBTQIAPN+, que foi seis milhões de reais, acredito, do Previo, que é o Programa de Prevenção à Violência, onde nós, dentro do Previo, ganhamos um projeto que foi a Unidade móvel de atendimento à população LGBT para o interior, que é uma extensão do atendimento do Centro de Referência Thina Rodrigues, e a Casa de Acolhimento para a População LGBT com foco para as mulheres trans, travestis e homens transexuais. Então, o projeto foi feito, o recurso foi garantido, nós fizemos todo o projeto, todo o layout da Unidade Móvel, tudo já pronto, porém também, por conta que o pacto com o BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento], eles são muito burocráticos, são muitos processos, até que se chegue no ideal no qual eles também averbem os projetos criados, né. Então, nós já entregamos, a gente entrega a Coordenadoria para a Secretaria da Diversidade, já com uma Unidade Móvel e uma Casa de Acolhimento garantida para a população LGBT. E ainda eu consegui, como secretário-executivo, continuar o trâmite, já saber tudo o que precisava para poder a gente entregar, conseguimos entregar no Festival da Diversidade em dezembro do ano passado [referindo-se ao ano 2024]. E a Casa de Acolhimento

também já entregamos com o local da casa. E deixei bastante coisa caminhada para poder ver se consegue entregar esse ano ainda (Entrevista, Narciso Júnior, 2025).

Durante a entrevista que realizei com Yuri Lima, ele também aborda a Unidade Móvel como um deslocamento do Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues, aprofundando uma compreensão da unidade como um dispositivo de interiorização das políticas públicas LGBTI+ e como deslocamento material e simbólico do Estado, um Estado em movimento, que chega até os municípios, no interior, na vida cotidiana. Segundo Yuri,

A Unidade Móvel é um projeto vinculado ao PREVIO, que é o Programa de Enfrentamento à Violência do Governo do Estado do Ceará. Esse programa é financiado pelo BID, o Banco Internacional de Desenvolvimento (...). O BID tem vários projetos, junto com o governo, e um desses projetos foi a implementação da Unidade Móvel. Isso era desde a época da Coordenadoria do Narciso, antes da implementação da Secretaria, que já é um processo muito moroso. Não sei por que demorou tanto, mas é um processo de 2021-2022. Quando eles saíram no ano passado, em 2023, foi uma grande conquista para o Narciso pessoalmente, porque ele sempre quis ver aquele equipamento funcionando, mas também para a estrutura da Secretaria. E aí quais eram os embarreiramentos? Mudança de gestão, mudança de governo, e aí tudo tem que ser reestruturado, tudo se realoca, se remodela, financiamento. O nosso equipamento [Unidade Móvel] é tudo adaptado dentro (...) então, dentro é como se fosse mesmo uma sala de atendimento. Então, todo esse processo de compra, aquisição de materiais, licitação, que não é uma licitação só, é uma licitação que vem junto de uma série de outras licitações que ficam dentro do mesmo programa. Então, a nossa Unidade Móvel foi licitada junto o PREVIO (...) Então, vem tudo junto no mesmo comboio, e por isso que às vezes demora mais. Se fosse só uma licitação própria, a gente executando nossos orçamentos, talvez fosse bem mais rápido. Mas como era essa grande licitação, e muitos equipamentos dentro da mesma licitação, fica mais barato para fazer a licitação. Então, é uma estratégia de governo, mas as coisas demoram um pouco mais a serem implementadas (Entrevista, Yuri Lima, 2025).

A narrativa para Unidade Móvel, revela como agentes do Estado mobilizam seus afetos para projetos públicos. As emoções, esperanças e frustrações atravessam o cotidiano das práticas burocráticas, gerando efeitos do Estado. Ainda Segundo Yuri,

E aí, a gente recebeu essa Unidade Móvel no segundo semestre do ano passado. Fizemos o lançamento oficial do equipamento no Festival da Diversidade, no final do ano, em dezembro. E ele é como se fosse um Centro de Referência itinerante. A ideia é que ele leve os mesmos serviços e as mesmas orientações que as pessoas têm no centro de referência para o Cariri, por exemplo, que é onde a gente tem a maior demanda. O Cariri é como se fosse um grande centro urbano aqui nessa região de Juazeiro, Crato e Iguatu, e tem um índice de violência e demanda de pessoas LGBTs muito alto. A nossa ideia é implementar um centro de referência em Juazeiro do Norte, porque aí a Unidade Móvel vai conseguir passear mais de forma descentralizada nos outros espaços, mas o nosso foco é que ela vá sempre para atividades e fazer trabalhos na região do Cariri, que é uma região de conjunto populacional também bem maior (Entrevista, Yuri Lima, 2025).

O território não aparece na fala de Yuri apenas como espaço geográfico, mas como uma categoria política produzida através de diagnósticos, estatísticas, demandas e intervenções estatais. O Cariri emerge como um espaço governável, identificado pelos agentes de Estado como prioritário para ações de prevenção, cuidado e assistência, já que nesse é identificado pelo Painel de Monitoramento de LGBTFobia como uma região com muitos registros de violências LGBTfóbicas. A descentralização estatal também é uma categoria importante. Quando Yuri menciona a intenção de criar um Centro de Referência em Juazeiro do Norte para permitir que a Unidade Móvel “passe a ser mais de forma descentralizada”, ele evidencia uma lógica de redistribuição territorial da presença estatal, mas também como uma promessa futura, o tempo aqui também importa. Isso permite analisar como o Estado organiza escalas de atendimento e redes regionais de gestão das políticas públicas.

Quando realizei entrevista com Luana Angelo, ela atuava como Coordenadora Estadual das Políticas Públicas LGBTI+ no Ceará. Sobre o deslocamento da Unidade Móvel, Luana apontava que para Unidade Móvel chegar até um município se faz necessário um agendamento, por e-mail ou ofício. Para além disso, a equipe dos municípios deve mobilizar as demandas da população LGBTI+ do local para que aconteça a ida da Unidade Móvel. Ela reforça que a Unidade Móvel é um braço do Centro de Referência Thina Rodrigues, destacando a Região do Cariri como um território com muitas demandas para a população LGBTI+.

Assim como Yuri aponta a centralidade do Cariri devido ao “índice de violência” e à alta demanda de pessoas LGBTI+, o mesmo aparece na fala de Luana, André Marinho, Mitchell e Jonatas, evidenciam como as políticas públicas são organizadas em resposta às desigualdades territoriais e às vulnerabilidades produzidas pela LGBTfobia. O Estado aparece tentando responder a contextos marcados por exclusão, violência e precarização da vida. Seu deslocamento geográfico implica também um deslocamento dos serviços do Centro: sair do centro urbano, das sedes institucionais e dos fluxos formais de política pública para se enraizar, mesmo que temporariamente, em territórios historicamente marcados pela “ausência do Estado” ou por sua atuação violenta.

A mobilidade da unidade não se restringe a uma função logística. Ela reconfigura a espacialidade da política, promovendo situações de encontro, escuta e acolhimento em ambientes muitas vezes marcados pela LGBTfobia institucional e estrutural como me confidenciou Jonatas, o coordenador da Unidade Móvel. Segundo ele:

“onde o Centro não chega a unidade Móvel chega”. Ao atuar em cozinhas comunitárias, praças públicas e postos de saúde, a Unidade Móvel Dandara Ketlely torna-se um vetor de territorialização simbólica, onde o reconhecimento da cidadania LGBTQIA+ se realiza de forma situada, e não apenas normativa.

Considerações parciais

Ao longo do texto apresentei sob uma perspectiva etnográfica, os processos de formulação, negociação e implementação das políticas públicas destinadas à população LGBTI+ no estado do Ceará por meio da Sediv. Mais do que analisar uma política pública específica, acompanhei os modos pelos quais o próprio Estado é continuamente produzido nas práticas de seus agentes, nos documentos e o Estado em ação que atravessam os atendimentos e nas relações estabelecidas entre burocracia e população.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que o Estado não pode ser compreendido como uma entidade homogênea ou um aparelho plenamente acabado. A pesquisa evidencia que ele se constitui como um processo permanentemente relacional, produzido em múltiplas escalas e por diferentes atores. Atas de Reuniões do Conselho Estadual de Combate à Discriminação contra a População LGBTI+, conferências regionais e estadual, Mutirão da Cidadania LGBTI+, atendimentos realizados no Centro Estadual de Referência LGBTI+ Thina Rodrigues, ações da Unidade Móvel Dandara, documentos administrativos, relatórios técnicos e interações cotidianas entre gestores e usuários constituem espaços privilegiados da assinatura do Estado em sua dimensão prática, processual e frequentemente contraditória.

Um dos principais achados da pesquisa diz respeito à centralidade dos documentos na produção das políticas públicas. Atas, decretos, fichas, formulários, relatórios e planos de gestão deixam de ser compreendidos como simples registros administrativos para serem analisados como artefatos que produzem o Estado. A circulação e produção desses documentos por agentes de Estado evidencia que a burocracia não apenas administra políticas públicas; ela participa ativamente da constituição dos sujeitos que serão reconhecidos como destinatários dessas políticas, como aconteceu durante o Mutirão da Cidadania LGBTI+.

No contexto do Mutirão da Cidadania LGBTI+ realizado no Centro Estadual de Referência LGBT Thina Rodrigues, a presença do Estado, encenada por meio de ações

de registro civil, nome social, orientações jurídicas e atendimento psicossocial revelava, por um lado, um esforço de reconhecimento institucional das identidades de gênero e sexualidade. O Estado se revela por meio de uma complexa rede de instituições que precisam constantemente negociar competências, compartilhar informações e construir protocolos comuns, relatórios e documentos. A Sediv atua, nesse contexto, como articuladora de políticas intersetoriais, tornando visíveis tanto as potencialidades quanto os limites da transversalidade administrativa.

Outro aspecto que atravessa a pesquisa refere-se à dimensão territorial da ação estatal. Por meio da Unidade Móvel Dandara, tornou-se possível observar um Estado que se desloca, que percorre municípios, estabelece redes interinstitucionais e reorganiza espacialmente o acesso às políticas públicas. Essa mobilidade desafia concepções tradicionais que associam a presença estatal exclusivamente aos edifícios administrativos, evidenciando que o Estado também se faz presente através de práticas itinerantes, encontros comunitários e ações descentralizadas.

A movimentação da Unidade Móvel por diversos municípios cearenses performa uma presença estatal que é ao mesmo tempo material (através da van, dos atendimentos, da distribuição de preservativos) e simbólica (na linguagem dos direitos, nos nomes escolhidos, nos espaços de parada). Ao longo da pesquisa mapiei os deslocamentos da Unidade Móvel, assim, foi possível acompanhar os modos pelos quais o Estado tenta construir vínculos com sujeitos historicamente marginalizados, produzindo uma forma específica de acolhimento LGBTI+ itinerante, que conjuga assistência, reconhecimento e controle em uma mesma dinâmica territorializada.

A mobilidade da unidade também representa um modo de fazer Estado em movimento. Em vez de esperar que os sujeitos LGBTI+ atravessem barreiras institucionais e espaciais para acessar seus direitos, a política se move em sua direção. Trata-se de uma prática de deslocamento que desafia o modelo clássico do Estado centrado e fixo, aproximando-se da ideia de um Estado relacional (Das e Poole, 2008), cujos efeitos se produzem nas interações locais, nos afetos e na escuta situada.

Referências Bibliográficas

ABRAMS, Philip. GUPTA, Akhil. TIMOTHY, Mitchell. **Antropologia del Estado. México:** FCE, 2015.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no "Estado":** uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, 391 p. Sexualidade, gênero e sociedade. Sexualidades e

cultura collection. ISBN 978-85-7511-489-6. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/k8vc4> . Acesso em: 30 de mai. de 2025.

AGUIÃO, Silvia. **Quais políticas, quais sujeitos?** Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, e175107, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8652373> . Acesso em: 22 de jul. de 2025.

BALLESTERO, Andrea. **A future history of water**. Durham: Duke University Press, 2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em alianças e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CEARÁ. Secretaria da Diversidade. **Relatório de desempenho da gestão 2025**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2026. Disponível em: [Relatório de Desempenho da Gestão 2025 – SEDIV](#). Acesso em: 17 maio 2026.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. El Estado y sus márgens. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM.

DAS, Veena, **Aflicção**: saúde, doença, pobreza. São Paulo: Editora Unifesp, 2023.

DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o Outro**: como a antropologia estabelece seu objeto. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Dos autos da cova rasa**: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960/Letícia Carvalho de Mesquita Ferreira. - Rio de Janeiro: E-papers: Laced/Museu Nacional, 2009.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Pessoas desaparecidas**. Uma etnografia para muitas ausências. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2015.

FERREIRA, Letícia. LOWENKRON, Laura. **Encontros etnográficos com papéis e outros registros burocráticos**. Possibilidades analíticas e desafios metodológicos. In: Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias / organização Letícia Ferreira, Laura Lowenkron. - 1. ed. - Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

FREIRE, Lucas. **A Máquina da Cidadania**: uma etnografia sobre a requalificação civil de pessoas transexuais. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/832206.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. TEIXEIRA Carla Costa. **Etnografando burocratas, elites, e corporações a pesquisa entre estratos sociais hierarquicamente superiores em sociedades contemporâneas**. In: Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações/ Sergio Ricardo Rodrigues Castilho, Antonio Carlos de Souza Lima, Carla Costa Teixeira (orgs). – Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.

LACERDA, Paula Mendes. **Meninos de Altamira: violência, ‘luta’ política e administração pública**. -1º.ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

LOPES, Paulo Victor Lopes. **Homens autores de violência doméstica: gênero, governo e Estado**. Rio de Janeiro, RJ: Papéis Selvagens Edições, 2022.

MARCUS, George. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Ethnography: Annual Review of Anthropology**, v.24, p.95-117, 1995.

MITCHELL, Timothy. “**Sociedad, economia y el efecto del estado**”. In: ABRAMS, Philip; GUPTA, Akhil; MITCHELL, Timothy. *Antropología del estado*. México: FCE, p. 145-187, 2015.

MUZZOPAPPA, Eva & VILLALTA, Carla. 2011. “Los documentos como campo: reflexiones teórico metodológicas sobre un enfoque etnográfico de archivos y documentos estatales”. **Revista Colombiana de Antropología**, 47(1): 13-42. Disponível em: <https://www.redalyc.org/comocitar.oa?id=105021310002>. Acesso em 19 de jun de 2025.

NASCIMENTO, Amadeu Cardoso. **Travestis em todos os lugares: resistências, alianças e ativismo**. Metanoia, Rio de Janeiro, 2024.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **Sob nossas pele e com nossas vozes: feminilidades transbordantes no sul-mineiro**. Teresina: Cancioneiro, 2022.

SHORE, Cris. La antropologia y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la “formulación” de las políticas. *Antípoda*. **Revista de Antropologia y arqueologia**, núm. 10, enero-junio, 2010, pp. 21-49.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan (orgs.). *Policy: A new field of anthropology*. In: **Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power**. London: Routledge, 1997, p. 3-33.

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. Salvador: Edufba, 2023.

SOUZA, Dediane. “**Dando o nome**”: Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do Jornal O povo. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

SOUZA, Dediane. **Dando o nome: Narrativas de humanidades de travestis**. Fortaleza: Editora UFC, 2024.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo**. In: *Gestar e gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil* / Antonio Carlos de Souza Lima (organizador). – Rio de Janeiro: Relume Dumará : Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002, p. 11-22.

TEIXEIRA, Carla. LOBO, Andréa. ABREU, Luiz Eduardo. **Nada precisa ser como é: Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. In: *Etnografias*

das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais / organização de Carla Costa Teixeira, Andréa Lobo, Luiz Eduardo Abreu. – Brasília: ABA Publicações, 2019, p. 7-21.

VIANNA, Adriana. **Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos**. In: O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades / organização Adriana Vianna. - 1. ed. - Rio de Janeiro : E-papers, 2013. Disponível em: <https://www.e-papers.com.br/wp-content/uploads/2024/09/576.jpg>. Acesso: 15 de mar de 2025.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, e175101, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8652361> . Acesso em: 22 de jul. de 2025.